

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE -----

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas na sala de sessões da Sede do Município, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Atas. -----**
- 3. Substituição de um membro da Assembleia Municipal. -----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Prestação de Contas do ano de 2016; -----**
 - b) Relatório Anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Para conhecimento; -----**
 - c) Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes de Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Vinte;-----**
 - d) Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de Dois Mil e Dezasseis/Dois mil e Vinte;-----**
 - e) Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezassete.**
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, António João Antunes Isidoro, Angela Isabel Baltazar Almeida, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Armando Severino de Almeida.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Valente Barradas, Albano Pereira e Daniela Martins. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

SUBSTITUIÇÕES TEMPORÁRIAS -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se faziam substituir na presente Sessão, os senhores Hugo Ferreira e Ricardo Rico, eleitos do PS, pela Senhora Miriam Mascarenhas e pelo Senhor Carlos Tomas, respetivamente, os quais se seguem na mesma lista, o Senhor António Isidoro, eleito do PSD, pelo Senhor Francisco Lobo de Vasconcelos, e o Senhor Armando Severino de Almeida, eleito da CDU e Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu, pelo seu substituto legal, Senhor Miguel Guerreiro, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR IGOR FILIPE ALMEIDA GUERREIRO, ELEITO DA CDU – RENUNCIA AO MANDATO POR ESTAR AUSENTE DO PAÍS. -----

A Senhora Presidente deu conhecimento da renúncia ao mandato daquele eleito na Assembleia Municipal e informou que foi convocada a eleita que se segue na mesma lista, Senhora Angela Isabel B. Baltazar Almeida, em conformidade com o previsto nos artigos 76º e 79º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. Mais informou que a Senhora Ana Baltazar justificou a sua ausência na presente reunião por razões de ordem profissional. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO – CUIDADOS DE SAÚDE-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra aos munícipes presentes, inscritos para o efeito, senhores Carlos Matos e Américo Carpinteiro, os quais vieram expor alguns problemas relacionados com os cuidados de Saúde prestados no âmbito daquela Unidade.-----

Começou por intervir o Senhor Carlos Matos, o qual começou por apresentar cumprimentos a todos os presentes, referindo, em seguida, que residia no extremo sul da Freguesia de Cercal do Alentejo e que vinha expor um problema em nome de um concidadão, seu vizinho, Senhor Joaquim Pinheiro e de sua esposa, Senhora Albertina, por impossibilidade destes, devido a problemas de saúde e à sua idade avançada. Informou que, recentemente, a Senhora Albertina teve de ser transportada de ambulância, várias vezes e num curto espaço de tempo, para o Hospital do Litoral Alentejano, à qual foi dada alta, sucessivamente, no dia seguinte a cada entrada nas urgências, sendo que, numa das vezes, no regresso a casa, a Senhora teve problemas cardiorrespiratórios, perto da Sonega, pelo que foi necessário chamar uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), tendo de retornar novamente às urgências, onde, finalmente, foi observada por um médico especialista que considerou que a medicação que a doente estava a tomar não era a mais adequada para o seu problema de saúde, tendo procedido à sua substituição, do qual resultou alguma estabilidade no estado de saúde da mesma, não tendo sido necessário chamar a ambulância com tanta frequência. -----

Mais referiu que a situação pela qual passaram os seus vizinhos tem sucedido com outros munícipes, considerando que todos devemos estar preocupados com os cuidados de Saúde que estão a ser prestados no Litoral Alentejano. -----

Interveio o Senhor Américo Carpinteiro no sentido de reforçar o que tinha sido exposto pelo Senhor Carlos Matos, informando sobre uma experiência pessoal nas urgências daquele Hospital, às quais teve de recorrer devido a um problema grave de saúde, onde

foi atendido por um médico, durante dois minutos, o qual lhe disse que os medicamentos que estava a tomar não eram os indicados para o seu problema, receitando outros, sendo que, passados dois dias o problema se agravou, tendo de recorrer a um hospital privado, em Lisboa, onde lhe foi diagnosticado um problema grave na vesícula, o qual não tinha sido detetado nas urgências do HLA, pelo que, teve de ser operado, de imediato, permanecendo oito dias hospitalizado. Acrescentou que o HLA não está a responder em condições aos problemas de saúde dos utentes.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que os problemas nos cuidados de saúde estavam generalizados por todo o País e que a situação tem sido inúmeras vezes discutida nos órgãos autárquicos e com a Administração do Hospital do Litoral Alentejano. Acrescentou que o espaço das urgências deste Hospital foi mal concebido, sendo a sua dimensão reduzida para as necessidades de atendimento dos utentes de todo o Litoral Alentejano, abrangidos pelo mesmo, ao qual se associa a falta de médicos, de enfermeiros e de pessoal auxiliar, para além do problema do transporte dos utentes, sobretudo daqueles que residem no interior do território, os quais tem muitas vezes dificuldades no regresso a casa.-----

Mais informou que, havia cerca de quatro meses, tinha reunido, no âmbito da CIMAL, com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, ao qual os cinco presidentes das câmaras municipais do Litoral Alentejano colocaram um conjunto de problemas, nomeadamente a questão das urgências, cujo projeto de ampliação, o qual compreende a construção de um módulo, a poente, com ligação ao edifício existente, está no Ministério das Finanças, há mais de um ano, aguardando que seja desbloqueada a verba necessária para as obras avançarem. Informou também que houve um reforço de médicos nalgumas especialidades, com base nos acordos estabelecidos entre aquela Unidade e alguns hospitais centrais, mas não são suficientes para dar resposta às necessidades. -----

Acrescentou que os Cuidados Primários de Saúde têm vindo a melhorar, embora ainda existam muitos utentes sem médico de família. -----

Referiu ainda que estas falhas dão origem a episódios como os que foram relatados pelos munícipes, sendo que, ao longo dos anos, os eleitos e as populações têm vindo a reivindicar mais médicos para a região, sem sucesso. -----

Mais informou que tinha agendada uma reunião com o novo Presidente daquela Unidade Local de Saúde, ao qual dará conta das preocupações colocadas e de outras no âmbito dos Cuidados de Saúde no Município e no Litoral Alentejano. -----

Interveio novamente o Senhor Carlos Matos, referindo estar disponível para colaborar no que for possível. -----

Acrescentou que tinha ouvido o Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos dizer que o país não precisava de mais médicos, mas a verdade é que a população não dispunha dos cuidados daqueles que foram formados nas universidades públicas portuguesas, com o dinheiro dos contribuintes, porque muitos emigraram, considerando necessário que se encontre um valor justo para a remuneração dos médicos, para que estes profissionais dêem os seus contributos ao Serviço Nacional de Saúde e sejam colocados onde fazem falta.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente deu por terminado o período de intervenção do público, agradecendo a participação dos munícipes.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de: -----

-----“MOÇÃO -----

-----25 de Abril e 1º de Maio -----

O 25 de Abril, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e impulsionou transformações económicas e sociais nunca antes vistas em Portugal.-----

Considerando que assinalamos este ano os 43 anos do aniversário da Revolução de Abril que libertou o País da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia. -----

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações. Uma das principais conquistas da Revolução de Abril foi o Poder Local Democrático ao serviço das populações com resultados concretos no concelho de Santiago do Cacém, no seu desenvolvimento e progresso e a melhoria da qualidade de vida das populações.-----

Nos últimos anos assistimos a um ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de Poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República e os seus princípios democráticos. Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas, as sucessivas políticas de direita, intensificaram o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. -----

Considerando que neste 1º de maio assinalamos os 131 anos dos acontecimentos de Chicago, que estiveram na origem do Dia Internacional dos Trabalhadores. O 1º de maio é um dia que ficará sempre na história como um dia de todos os trabalhadores, um dia de luta e conquistas de direitos. -----

Considerando que alguns dos valores e direitos conquistados com o 25 de Abril têm sido postos em causa, o 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores dos Trabalhadores, continua vivo e atual, constituindo a expressão mais vibrante da solidariedade, da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pelo progresso justiça social e pela Paz. Este é o tempo de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, precariedade, os baixos salários e pensões. -----

Considerando que nos últimos anos Portugal viveu uma grave e profunda crise económica e social. Agravou-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitaram-se as liberdades do povo português, empobreceu-se o país e milhares de portugueses foram empurrados para o desemprego e emigração e que as reposições de salários e direitos continuam a ser insuficientes.-----

Considerando que Portugal precisa de uma política soberana e sem exploração que garanta emprego, direitos, justiça social, uma estratégia de desenvolvimento económico e social que valorize o trabalho, a qualidade de emprego, promova a melhoria dos salários, a igualdade no trabalho e o fim das discriminações, justiça fiscal, políticas sociais justas e de qualidade. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 28 de Abril de 2017 delibera: -----

. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses. -----

. Saudar todos os trabalhadores do concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente os das autarquias de Santiago do Cacém, pelo esforço e dedicação com que desenvolvem o seu trabalho do dia a dia. -----

. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, movimento associativo e a toda a população para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de maio.”---

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Miguel Filipe Pereira Guerreiro e Virgílio Gonçalves, dois de eleitos do PS, Senhora Miriam Mills Mascarenhas e Senhor Carlos Tomás, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganso Filipe. Três abstenções, de eleitos do PS, senhoras Marina Patrícia Basílio e Vera Lúcia da Costa Violante, e Senhor Nelson José Bento Raposo. Dois votos contra, dos eleitos do PSD, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Francisco Lobo de Vasconcelos. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: O Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, declarou que os eleitos do PSD votaram contra, porque embora reconhecessem a importância daquelas duas datas, não concordavam com os considerandos da Moção. ---

SAÚDE – UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO- ULSLA – INFORMAÇÃO -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que a sua intervenção era no sentido de complementar a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as obras de ampliação das urgências do HLA, informando que o processo estava no Ministério das Finanças, para aprovação da Portaria de extensão, desde no mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, existindo verba para o efeito, sendo uma responsabilidade do atual Governo o desbloquear da verba em causa, esperando que seja dada a resposta que a urgência da resolução do problema exige. -----

Mais referiu que eram preocupantes as frequentes mudanças de presidente da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) que se tinham verificado nos últimos dois anos, as quais não contribuía para uma boa gestão daquela Unidade, do ponto de vista da estabilidade da mesma. -----

Referiu ainda que havia muitos médicos em Lisboa, mas faltavam noutros pontos do País, recordando que, nos anos oitenta, uma Ministra da Saúde tentou alterar esta situação, tendo os médicos ameaçado com greves. -----

OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO MACEDO – ESPAM

O Senhor José Guerreiro das Neves, eleito da CDU, referiu que, desde agosto de dois mil e cinco, se ouvia falar das obras que são necessárias naquela Escola, tendo sido, recentemente, surpreendido com o conteúdo de um comunicado da organização local do Partido Socialista sobre o assunto, no qual referem que as obras não se vão realizar,

porque a Câmara Municipal não quer colaborar nos custos das mesmas, solicitando esclarecimentos sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o edifício daquela Escola tinha sido construído havia mais de trinta anos e nunca tinha tido uma intervenção de fundo, funcionando, atualmente, em condições muito precárias. Recordou que, em dois mil e nove, ano de eleições, o governo do então 1º Ministro José Sócrates, anunciou, publicamente, um investimento de dez milhões de euros para obras naquela Escola, das quais resultaria uma escola nova, dado que aquele montante era mais do dobro do que foi gasto na Escola Frei André da Veiga, sendo que, este anúncio não passou de uma promessa, porque depois de mais um governo do PS e outro governo do PSD, não foi feito qualquer investimento naquele estabelecimento de ensino, o qual se degradou, de forma muito acentuada, nos últimos dez anos. Acrescentou que os pais dos alunos fizeram algumas jornadas de trabalho para pintar as salas e procederem a algumas reparações, no sentido de melhorar as condições e dar alguma dignidade à Escola, enquanto a Câmara Municipal dava o apoio técnico solicitado pela Direção da Escola, na verificação das condições de segurança do edifício. -----

Mais informou que, a partir de dois mil e catorze, quando começaram a ser distribuídas as verbas do Quadro Comunitário de Apoio, no âmbito do Programa Portugal 2020, o Governo do PSD propôs que as verbas que viessem para as autarquias, nomeadamente para a educação, incluíssem obras que não eram da competência das mesmas, o que mereceu a oposição da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), dado que as verbas disponibilizadas para as autarquias, naquele âmbito, não eram suficientes para fazer face às obras da sua responsabilidade, sendo que, para toda a região do Alentejo a verba prevista era na ordem dos dois milhões de euros e o montante para o Município de Santiago do Cacém não chegou aos oitenta mil euros, quando o investimento previsto para as obras nas EB1 nº 3 e nº 4 de Santo André e na EB1 de Ermidas era de cerca de mil e novecentos euros, acrescentando que só foi possível avançar com aqueles projetos porque no âmbito da CIMAL foi feita uma redistribuição das verbas para o Litoral Alentejano, tendo a Câmara Municipal de Grândola prescindido de uma verba de cerca de trezentos mil euros para a educação, revertendo a mesma para o Município de Santiago do Cacém, beneficiando aquele Município de um reforço para equipamentos sociais. Acrescentou que, mesmo com este contributo, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém teve de recorrer a um empréstimo para fazer face à parte não comparticipada pelos Fundos Comunitários naquelas obras. -----

Informou ainda que o então Governo do PSD acabou por recuar naquela sua intenção. --
Mais informou que ao longo do tempo foi sempre afirmado por responsáveis do Governo que as obras da ESPAM eram consideradas como prioritárias no Quadro Comunitário de Apoio (QCA), tendo ficado surpreendido com um contacto do Senhor Presidente da CCDRA sobre este assunto, o qual lhe transmitiu que as verbas nacionais para a Educação eram insuficientes, querendo saber da disponibilidade da Câmara Municipal contribuir com cinquenta por cento das verbas não comparticipadas, para os investimentos a efetuar nos estabelecimentos de ensino da responsabilidade da Administração Central, sites no Município de Santiago do Cacém, ao qual transmitiu que as autarquias eram solidárias com o Governo relativamente ao problema em causa, mas não podiam assumir a realização de obras que não eram da sua responsabilidade, quando as verbas que eram atribuídas às autarquias não eram suficientes para os investimentos necessários para as escolas que são da sua competência, recordando também os montantes que tem sido retirados às mesmas pelos sucessivos governos que não cumpriram a Lei das Finanças Locais. -----

Acrescentou que, posteriormente, numa reunião, na Sede do Município, a pedido do Senhor Delegado Regional de Educação, o qual veio acompanhado de um Técnico, o Senhor Gazimba Simão, foi mais uma vez colocada a questão da possibilidade da Câmara Municipal contribuir com metade da verba não comparticipada pelos Fundos Comunitários para as obras na ESPAM, não tendo sido indicado qualquer valor. Mais informou que tinha transmitido naquela reunião que a Câmara Municipal não podia aceitar uma responsabilidade que era da Administração Central, porque teria de retirar verbas a outras obras que são da competência da Autarquia, tendo perguntado àquele responsável, se o Governo estaria disposto a contribuir para a realização de obras da responsabilidade da Autarquia, o qual respondeu negativamente. -----

Referiu ainda que o Município tem sido solidário com a Administração Central nesta e noutras áreas, tendo cedido terreno e comparticipado, nomeadamente nas obras das escolas de Santiago do Cacém, Alvalade, entre outras ações que não são da sua competência. -----

Concluiu, referindo que não compreendia como é que no comunicado do PS eram indicadas verbas respeitantes àquelas obras, quando a Câmara Municipal nunca recebeu qualquer informação oficial sobre os montantes em causa, acrescentando que o PS naquele comunicado desresponsabiliza também o Governo e tentava passar para a Câmara Municipal aquilo que é uma obrigação do mesmo, lamentando que, a pouco mais de cinco meses das eleições autárquicas, o Partido Socialista venha com estas habilidades, tentando enganar as pessoas, distribuindo o comunicado nas escolas, numa postura que considerou de pura demagogia e baixa política. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que tinha tomado conhecimento do teor do comunicado do PS e do comunicado da Câmara Municipal sobre o assunto, os quais que foram deixados nas caixas de correio, considerando que era uma vergonha que um Governo central se esquivasse a assumir um montante de duzentos e sessenta e dois mil quinhentos euros, para realizar as obras prometidas numa Escola, em progressiva degradação, considerando que o argumento referido no comunicado do PS, de que se tratava de uma quantia irrisória para a Câmara Municipal, seria muito mais irrisória para o Governo. Acrescentou que iria transmitir esta situação ao Grupo Parlamentar do BE, para que este questione o Governo sobre o assunto.-----

Mais referiu que esperava que alguém do PS, na Assembleia Municipal, se levantasse em defesa do comunicado distribuído à população, fazendo ainda referência à boa qualidade da impressão do mesmo e aos custos inerentes.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda sobre este assunto que tinha solicitado uma reunião à Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de apurar se aquela obra não vai ser concretizada, como é referido no comunicado, e para tentar perceber como é que a estrutura local do PS tinha tido conhecimento das verbas referentes àquelas obras, das quais não foi dado conhecimento à Câmara Municipal.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que este assunto tinha a ver com uma quebra abruta, de dez por cento, no investimento público, da responsabilidade do Governo PS suportado pelo PCP e pelo BE, acrescentando que, desde mil novecentos e oitenta, nunca o investimento público tinha sido tão reduzido, considerando que o propósito desta ação era o controlo do défice. -----

Mais referiu que estava à espera de respostas do Governo sobre várias questões, colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativas aos setores da Saúde e da Educação.-----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que as competências das Autarquias estavam bem definidas na lei e que ele, como Presidente da Junta de

Freguesia de Santo André e outros eleitos nos órgãos autárquicos, todos os dias trabalhavam para as populações e eram obrigados a ultrapassar as suas competências para ajudar a resolver problemas concretos que lhes eram colocados pelos cidadãos.----- Mais referiu que a Lei de Finanças Locais não tem sido cumprida relativamente às verbas que deviam ser transferidas para a Câmara Municipal, o mesmo acontecendo no que respeitava às verbas para as freguesias, pelo que, o Governo não podia agora vir pedir ajuda ao Poder Local para assumir a realização de obras que são da sua competência.-----

Acrescentou que o Governo pretende descentralizar competências para as autarquias, no âmbito da Saúde, Educação e de outros setores, mas quer tratar, à parte, as questões financeiras relativas à execução das mesmas.-----

Concluiu, referindo que situações como a do comunicado do PS indignavam aqueles que todos os dias trabalham para a causa pública, acrescentando que considerava a política a causa mais nobre que existe, pelo que, não podia permitir que a mesma fosse posta em causa através de manobras políticas que não servem as pessoas.-----

Mais referiu que apoiava a posição da Câmara Municipal sobre o assunto em causa, tendo em conta que as competências estão bem definidas nesta matéria, acrescentando que as populações irão perceber as razões dos municípios, lamentando o teor do comunicado do PS, porque ao não falarem verdade estavam também a faltar com o respeito aos cidadãos.-----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

1. Expediente-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o dia um de janeiro até ao dia vinte e seis de abril de dois mil e dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Atas-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão a **ata nº 01**, da Sessão Ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram os senhores Carlos Tomás, Francisco Lobo de Vasconcelos e Miguel Guerreiro, bem como a Senhora Vera Violante, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão a **ata nº 02**, da Sessão Extraordinária de vinte e quatro de março de dois mil e dezassete. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram os senhores Carlos Tomás, Francisco Lobo de Vasconcelos, Miguel Guerreiro e João Saraiva de Carvalho, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

----- **“4. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

--- a) Prestação de Contas do ano de 2016; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um – Aprovar os Documentos de Prestação de**

Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2016, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio;-----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício;-----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea i) do nº. 1 do artigo nº.33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei 75/2013, de 12 setembro.-----

Dois – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191 de 18 de agosto, II Série alterado pela resolução nº26/2013-2ªSecção publicada no D.R. nº226, de 21 de novembro de 2013 e com a resolução nº 3/2016 do Tribunal de Contas publicada no Diário da República, 2ª série-nº 13, de 18 de janeiro de 2017.”-----

* documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número seis, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação dos documentos, o Senhor Presidente referiu que este era o último ano do mandato e que muitas ações já tinham sido desenvolvidas nos quatro meses do ano em curso e que outras serão concretizadas até trinta de setembro, apesar dos cortes significativos nas transferências do Orçamento de Estado e o esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer para equilibrar as contas sem deixar de realizar obra. Acrescentou que, num passado recente, foram feitos grandes investimentos pela Autarquia, nomeadamente nas bibliotecas, piscina, auditório e requalificação urbana, para os quais foi necessário recorrer a empréstimos, sendo que, no mandato em curso teve que ser feita uma gestão diferente para fazer face aos encargos assumidos, não se deixando de colocar sempre as pessoas e a resolução dos seus problemas em primeiro lugar. -----

Mais referiu que apesar de a Autarquia ter recebido menos dois milhões de euros, por ano, das transferências do OE, conseguiu reduzir a dívida em cerca de oito milhões de euros, tendo, na prática, desenvolvido a sua atividade, no atual mandato, com menos cerca de quatro milhões e meio de euros, por cada ano, o que não impediu de, em colaboração com as juntas de freguesia, realizar obras por todo o Município, para além dos investimentos que estão sendo feitos nos estabelecimentos de ensino da sua responsabilidade, nomeadamente na EB nº 3 de Santo André e na EB1 de Ermidas, previstos também para a EB nº4 de Santo André, na colocação de ar condicionado e computadores, com acesso à Internet, nas salas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, na requalificação dos parques infantis e refeitórios, nos transportes escolares, na promoção de uma alimentação saudável nas escolas, sendo uma das poucas Autarquias que dispõem de uma Técnica Nutricionista, para além de outras obras significativas, em todas as freguesias, designadamente na requalificação dos pavimentos, nas etas e etars e nas redes de água e de saneamento, na modernização administrativa, para desmaterialização dos processos, nos arranjos exteriores da Igreja da Aldeia de Santo

André e na estrada de ligação entre esta e a Cidade de Vila Nova de Santo André, na requalificação da Rua Professor Egas Moniz, na Sede do Município, nas obras de acesso ao cemitério de Vale de Água, em algumas vias rodoviárias de Cercal do Alentejo, Santo André e Outeiro do Lobo, na construção da ponte do Monte dos Alhos, na freguesia de S. Domingos, para apoio aos agricultores, bem como na repavimentação e ligação pedonal da estrada entre a Cruz de João Mendes e a sede da Freguesia de S. Francisco da Serra, na qual tem trabalhado também os eleitos daquela Junta de Freguesia. -----

Referiu também as obras de remodelação do Auditório da ESPAM, efetuadas pela Câmara Municipal, embora não fossem da sua responsabilidade, porque se trata de um espaço que está aberto à comunidade.-----

Mais referiu que para além do valor da redução global da dívida que atrás mencionou, a qual compreende, nomeadamente o montante de um milhão de euros de dívida a curto prazo, o Saldo Orçamental foi de um milhão e duzentos e quarenta mil euros e a taxa de execução foi superior a oitenta e seis por cento, nunca tendo sido atingido valor tão elevado, considerando que estes resultados só foram possíveis graças ao empenho dos eleitos da CDU na Câmara Municipal e nas freguesias, a colaboração com o Movimento Associativo e o elevado empenho dos trabalhadores das mesmas, em prol da população.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que os eleitos do PSD não subscreviam o documento em apreço, porque consideravam que devia ser outro o caminho a seguir. Contudo, saudavam o facto dos indicadores económicos terem melhorado e consideravam também relevante a redução do tempo médio de pagamento aos fornecedores.-----

Mais referiu que as transferências do Orçamento de Estado foram de menos um por cento, concluindo que o Governo da austeridade transferiu mais dinheiro para a Autarquia do que o atual Governo apoiado pelo PCP e pelo BE.-----

Questionou, em seguida, sobre o aumento da despesa com o trabalho extraordinário. O valor das Provisões e o ponto de situação do litígio que opõe o Município à empresa Águas de Santo André que, em parte, tem a ver com o mesmo.-----

Questionou ainda, se a Câmara Municipal tinha assumido outros gastos com a colocação do piso sintético no Campo de treinos de S. Sebastião, para além da verba disponibilizada para o efeito pela empresa Galp.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a sua perceção era de que o valor das transferências do OE não tinha sido inferior ao do ano anterior àquele exercício, acrescentando que o Município também irá receber uma verba que tinha sido retida pelas Finanças, relativa aos pagamentos em atraso do IMT e IMI.-----

Esclareceu que o aumento das horas extraordinárias resultava do número considerável de obras executadas por administração direta, sendo também consequência do facto do Município não poder recrutar mais pessoal.-----

Relativamente ao litígio com a empresa Águas de Santo André, informou que a Câmara Municipal tinha, recentemente, ganho uma primeira ação no Supremo Tribunal, acrescentando que aquela empresa recorreu para o Tribunal Plenário, no sentido de vir a ser criada jurisprudência sobre uma decisão que lhe foi favorável numa ação com o Município de Sines, a qual é distinta das situações que opõem o Município de Santiago àquela empresa.-----

Acrescentou que transmitiu a responsáveis daquela empresa e da Tutela da mesma que destes processos resultava um lamentável desperdício de dinheiros públicos, quando tiveram a possibilidade de chegarem a um acordo com o Município. Mais referiu que a

Câmara Municipal tem razão nesta contenda, pelo que, continuará a aguardar serenamente pelas decisões dos tribunais. -----

Informou ainda que lhe foi dado conhecimento numa reunião com responsáveis daquela empresa, sobre a intenção do Governo de extinção da mesma, tendo transmitido que a Câmara Municipal considerava que esta decisão seria um erro. -----

Sobre os gastos para colocação do piso sintético no campo de treinos, informou que a Câmara Municipal transferiu para a União Sport Club uma verba superior à que foi disponibilizada pela empresa Galp destinada àquela ação e apoiou com trabalhos de máquinas, materiais e mão de obra. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Miguel Filipe Pereira Guerreiro e Virgílio Gonçalves. Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Francisco Lobo de Vasconcelos, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Jaime Cáceres, em representação dos eleitos da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU valorizam todo o trabalho feito pela Câmara Municipal, a execução e o equilíbrio orçamental conseguido. O investimento feito e as obras executadas, muitas das quais, por administração direta. O trabalho que tem vindo a desenvolver com o Movimento Associativo e que está explanado nos documentos, considerando que a Autarquia tem feito uma gestão muito positiva e esperam que o Executivo Municipal continue a trabalhar em favor da causa pública, porque as pessoas merecem.” -----

--- b) Relatório Anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Para conhecimento. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que **DEU CONHECIMENTO** do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao ano 2016 apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas.*-----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do n.º2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que tem sido recorrente a chamada de atenção por parte do Auditor relativamente ao não cumprimento da questão legal que tem a ver com a inexistência da Norma de Controlo Interno, acrescentando que embora a Autarquia disponha de um conjunto de normas para dar resposta à situação, aquele documento continua em falta, questionando para quando se prevê a sua elaboração. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, do ponto de vista formal, o documento não existia, mas havia controlo das ações por parte da Câmara Municipal, o que estava espelhado nos relatórios das várias inspeções feitas ao Município, acrescentando que ainda não tinha sido dado cumprimento àquela recomendação por insuficiência de pessoal técnico na área financeira e por não ser permitido recrutar mais pessoal, sendo que, os técnicos existentes são obrigados a despende grande parte do seu tempo a dar resposta a um enorme conjunto de informação que é pedida por parte de vários organismos da Administração Central, sob pena da Câmara Municipal ver retidas verbas das transferências do Orçamento de Estado, caso não responda nos prazos indicados.-----

Mais informou que, até ao final do ano em curso ou no princípio do próximo ano, a Norma de Controlo Interno será concluída, de acordo com as novas regras previstas no novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).-----

--- **c) Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes de Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Vinte.**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes de Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Vinte à aprovação da Assembleia Municipal.*-----

FUNDAMENTOS: Um – Para incorporação do saldo de gerência do exercício de 2016.

Dois - De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Três – Conforme disposto na alínea a) do n.º. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Miguel Filipe Pereira Guerreiro e Virgílio Gonçalves. Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Francisco Lobo de Vasconcelos, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -

--- **d) Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de Dois Mil e Dezasseis/Dois mil e Vinte;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Vinte à Assembleia Municipal.*-----

FUNDAMENTOS: Um – Para incorporação do saldo de gerência do exercício de 2016.

Dois - De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Três – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Miguel Filipe Pereira Guerreiro e Virgílio Gonçalves. Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Francisco Lobo de Vasconcelos, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

--- **e) Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezassete.**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezassete à aprovação da Assembleia Municipal.*-----

FUNDAMENTOS: Um – Para incorporação do saldo de gerência do exercício de 2016. **Dois** - De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de fevereiro.-----

Três – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Miguel Filipe Pereira Guerreiro e Virgílio Gonçalves. Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Francisco Lobo de Vasconcelos, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.”-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, documento que é dado como

reproduzido na presente ata com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

OBRAS NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA COSTA DE SANTO ANDRÉ -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionou sobre o ponto de situação do processo relativo à reparação do pavimento do Parque de estacionamento na Costa de Santo André, se a Câmara Municipal ia assumir os custos das obras e se as mesmas ficariam concluídas antes do início do verão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que, numa reunião, naquele local, com responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da empresa Pólis Litoral, e representantes de outros organismos do Ambiente, tinha colocado, mais uma vez, a necessidade urgente de se optar por uma das soluções que a Câmara Municipal tinha colocado, ainda com a obra ainda em projeto, as quais compreendiam a colocação de grelhas de arrelvamento ou a rega asfáltica, não tendo sido acolhidas pelos responsáveis da mesma, pelo que, ao fim de uma semana daquelas obras estarem concluídas começaram a surgir os problemas naquele espaço, sendo que, naquela reunião, os responsáveis da APA mostraram novamente reservas sobre estas soluções. -----

Mais informou que colocou o assunto numa reunião com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente Ordenamento do Território e Conservação da Natureza e a APA, tendo esta, posteriormente, vindo a admitir uma das soluções. Acrescentou que lhe foi também transmitido que não havia dinheiro para custear as obras, pelo que, a Câmara Municipal irá assumir os custos das mesmas, tendo em conta o interesse das pessoas, apesar de não serem da sua responsabilidade e dos alertas que fez, atempadamente, sobre o assunto. Informou ainda que Câmara Municipal vai desencadear os procedimentos necessários para realizar os trabalhos, para os quais já foi feito o orçamento, sendo que, serão necessários mais de vinte mil euros, só para material, esperando que as obras sejam concluídas antes do início da época balnear. -----

PAVIMENTAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO MACEDO (ESPAM) – QUALIDADE DO MATERIAL UTILIZADO.-----

A Senhora Joana Filipe referiu que lhe foi transmitido que o material utilizado no piso daquele parque de estacionamento suscitava reservas sobre a sua consistência e durabilidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a reparação daquele piso era urgente e que se optou pela colocação de massas frias, porque era difícil fazer a manutenção de todos os pisos do Município com massas quentes. Acrescentou que aquele trabalho foi realizado com a colaboração da Junta de Freguesia de Santo André. -----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – ENCERRAMENTO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS -----

A Senhora Joana Filipe referiu que está previsto o encerramento de agências bancárias na Cidade de Vila Nova de Santo André, sitas no Bairro Pôr do Sol e no Bairro dos Serrotes, nomeadamente do Novo Banco, questionando se a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal já tinham efetuado diligências no sentido de procurarem saber se o mesmo ia acontecer com a agência da Caixa Geral de Depósitos, apesar de já ter aferido que a mesma não constava na lista das agências daquela entidade bancária que vão ser encerradas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André solicitaram informações sobre o assunto à Direção do Novo Banco e à Direção da Caixa Geral de Depósitos, sendo que, a resposta do primeiro foi de que não era

possível manter aquelas agências, tendo em conta o processo de reestruturação do Novo Banco que estava em curso, e a resposta da Caixa Geral de Depósitos foi no sentido de que aquela agência não seria encerrada. -----

ALVALADE – LIMPEZA E EQUIPAMENTO URBANO -----

A Senhora Joana Filipe referiu que, recentemente, tinha constatado que havia muitas folhas caídas nas ruas da sede da Freguesia de Alvalade, as quais se acumulavam, em alguns locais, questionando com que frequência era feita a limpeza urbana. -----

Questionou também sobre o motivo que levou à retirada do antigo Parque Infantil e qual a utilização que vai ser dada àquele espaço. -----

Referiu ainda que os lotes do Loteamento da Avenida da Avenida foram adquiridos no pressuposto de estarem dotados de todas as infraestruturas e espaços verdes, o que não acontece. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Loteamento da Avenida tinha quase todas as infraestruturas concluídas, faltando somente os espaços verdes, os quais iam ser executados através de uma ação da Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal, a qual terá início no ano em curso. -----

Informou também que o Parque infantil foi retirado por questões de segurança e que está previsto um campo desportivo para aquele local. -----

Relativamente à limpeza urbana esclareceu que existem muitas árvores de folha caduca naquela Freguesia, pelo que, em alguns períodos do ano, não era fácil manter todo o espaço limpo, embora a limpeza fosse feita com regularidade. Mais informou que a Câmara Municipal adquiriu um novo equipamento para o setor da limpeza, para dar resposta àquela e a outras situações, acrescentando que existe um esforço permanente da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal no sentido de manterem limpos os espaços urbanos. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, referindo que a limpeza urbana na Freguesia é feita com regularidade e não tem havido problemas, sendo que, no período em que a queda das folhas das árvores mais se acentuava, foi necessário desviar o pessoal para outras atividades, nomeadamente para o acabamento das obras no Parque da Mimosa e montagem das estruturas para as comemorações do 25 de Abril. Mais informou que a Junta de Freguesia apresentou um projeto de candidatura/emprego no sentido de reforçar os recursos humanos com mais duas pessoas a contrato sem termo. -----

Acrescentou que com a aquisição de um aspirador urbano por parte da Câmara Municipal será dada uma resposta mais eficaz à limpeza das folhas. -----

Mais informou que, no dia anterior, tinha sido feita uma limpeza geral na sede da Freguesia e tapados os buracos nos pavimentos. -----

Informou também que o espaço onde estava o parque infantil vai ser preparado para um Campo de Jogos, inicialmente para a prática de basquetebol, dado que existe uma equipa feminina naquela Freguesia, acrescentando que a Junta de Freguesia já dispõe dos materiais necessários, aguardando a retirada de dois postes da EDP, para iniciar a obra, a qual será rápida. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e dez minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----
